



PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA É CRESCIMENTO

DECRETO Nº 35, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

EMENTA: ALTERA E REGULAMENTA, NO ÂMBITO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GRAVATA, MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL n.º 13.979, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso "V", da Lei Orgânica do Município de Gravatá.

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde OMS classificou, em 11 de março de 2020, que o COVID-19, nova doença causada pelo novo coronavírus (denominado SARS-CoV-2), é uma pandemia;

CONSIDERANDO a altíssima capacidade de contágio por cada pessoa doente com o COVID-19 na transmissão desse vírus;

CONSIDERANDO que, a cada dia, têm se confirmado novos casos de pessoas contaminadas com o COVID-19 em todo o território nacional;

CONSIDERANDO que no âmbito do Município de Gravatá em 13/04/2020 foi confirmado o primeiro caso de paciente acometido pelo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto da doença COVID-2019;

CONSIDERANDO a edição, pelo Governo Estadual, do Decreto nº 48.833, de 20 de março de 2020, pelo que declara situação anormal, caracterizada como



DECRETO Nº 35, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

“Estado de Calamidade Pública”, no âmbito do Estado de Pernambuco, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 48.969, de 23 de abril de 2020 que estabelece a obrigatoriedade do uso de máscaras por servidores, empregados e colaboradores dos estabelecimentos autorizados a funcionar.

CONSIDERANDO a recomendação Ministerial Conjunta n.º 002/2020 da 1º e 2º Promotoria de Justiça de Gravatá;

CONSIDERANDO a necessidade de intensificar as medidas de fiscalização das determinações dos dispositivos supracitados a fim de garantir o cumprimento da medida citada no inciso II, do art. 2º da Lei n.º 13.979/2020;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas sanitárias preventivas e saneadoras ao combate do coronavírus expostas por meio dos Decretos Municipais nº 15/2020, nº 16/2020, nº 17/2020, nº 18/2020, nº 19/2020, nº 22/2020, nº 23/2020, nº 25/2020, nº 26/2020, nº 27/2020, nº 29/2020, nº 30/2020, nº 31/2020, nº 33/2020.

DECRETA:

Art. 1º O termo definido no art. 3º do Decreto n. 15/2020 fica prorrogado até 31 de maio de 2020.

Art. 2º Fica recomendado o uso de máscara, mesmo que artesanal, pela população em geral, no âmbito do Município de Gravatá, notadamente pelas pessoas que tenham de sair de casa e circular pelas vias públicas para exercer atividades ou adquirir produtos ou serviços essenciais, inclusive quando se utilizem do transporte público.

Art. 3º Os órgãos públicos municipais e os estabelecimentos privados, que estejam autorizados a funcionar de forma presencial, ficam obrigados a exigir o uso de máscaras, mesmo que artesanais, pelos seus servidores, empregados e colaboradores, enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública, devendo fornecê-las.



DECRETO Nº 35, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Art. 4º As máscaras protetoras citadas nos artigos 2º e 3º deverão seguir os parâmetros indicados pelo Ministério da Saúde e ANVISA.

Art. 5º O site oficial da Prefeitura Municipal de Gravatá disponibilizará informações sobre a forma de elaboração de máscaras não profissionais.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Didier, 30 de abril de 2020.

JOAQUIM NETO DE ANDRADE SILVA
Prefeito